

# A JUSTIÇA

Texto baseado na Obra “O pequeno tratado das grandes virtudes”,  
de André Comte

**Felipe de Aguiar Viana<sup>1</sup>**

Entendemos por justiça aquilo que está em conformidade com o direito, com o que é justo, um equilíbrio que se refere à igualdade entre os cidadãos, que tem a finalidade de manter a ordem social através da igualdade de direitos. Ela é uma virtude cardeal, ou seja, uma das virtudes que direcionam todas as outras virtudes humanas. As outras três são a prudência, a fortaleza e a temperança.

Em sua obra “*O pequeno tratado das grandes virtudes*”, André Comte afirma que, de forma geral, a justiça é uma “*constante e firme vontade de dar aos outros o que lhes é devido*”. E que a justiça está inserida em todas as outras virtudes, ela contém todas as demais. Afirma também que, *a fortiori* (termo latim que significa por causa de uma razão mais forte) ela é necessária tratando-se dela mesma.

Mas questiona: “*Quem pode dizer que a conhece ou a possui totalmente*”?

Segundo André, das quatro virtudes cardiais, a justiça é sem dúvida a única que é absolutamente boa. A prudência, a temperança ou a coragem só são virtudes quando estão a serviço do bem, mas quando um fim mal as motivam, não são virtudes, e sim, simples talentos ou qualidades do espírito, como afirma Kant:

*“Toda a humanidade requer a justiça, e se ela desaparece, não tem valor o homem viver na Terra. A justiça não pode ser sacrificada em nome da felicidade da maioria. Ser injusto por amor é ser injusto”,* diz Kant.

O justo será aquele que não viola nem a lei e nem os interesses legítimos de outra pessoa, e também não viola nem o direito de todos, nem os particulares.

Em suma, justo é aquele que fica só com sua parte dos bens e com toda a sua parte dos males. A justiça se situa nesse duplo respeito à “legalidade” (leis estabelecidas), e a igualdade entre os indivíduos.

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Filosofia da Faculdade São Bento – São Paulo - Brasil

O justo é o que é conforme a lei e o que respeita a igualdade. O injusto é aquele que é contrário à lei e desrespeita a igualdade.

A justiça é o que é estabelecido, assim todas as nossas leis estabelecidas serão necessariamente consideradas justas sem ser examinadas, pois são estabelecidas. O fato da lei importa mais que seu valor. É a autoridade, não a verdade que faz a lei.

Segundo Platão, a justiça é o que reserva a cada um sua parte, seu lugar, sua função, preservando assim a harmonia hierarquizada do conjunto. Seria justo dar a todos as mesmas coisas, quando eles não têm nem as mesmas necessidades nem os mesmos méritos?

Mas como manter então a igualdade entre homens desiguais? Ou a liberdade entre iguais? O mais forte prevalece, é o que se chama política. Lei é lei, seja justa ou não. Mas ela não é, portanto, a justiça. Não mais a justiça como fato (legalidade), mas a justiça como valor (a igualdade).

Esse segundo ponto concerne à moral, mais que ao direito. Quando a lei é injusta, é justo combatê-la e pode ser justo, às vezes, violá-la.

Respeitar as leis, sim, ou pelo menos obedecer a elas e defendê-las. Mas não à custa da justiça, não à custa da vida de um inocente! A moral vem antes, a justiça vem antes, pelo menos quando se trata do essencial, ou seja, da liberdade de todos, da dignidade de cada um e dos direitos, primeiramente, do outro.

Às vezes é necessário entrar na luta clandestina, às vezes obedecer ou desobedecer... O desejável é, evidentemente, que leis e justiça caminhem no mesmo sentido, e é isso que cada um enquanto cidadão tem a obrigação moral de se empenhar.

Todos são moralmente obrigados a defender a justiça, uma vez que ela não pertence a nenhum campo, a nenhum partido. Ela deve ser preservada pelos indivíduos que a compõem. Ela só existe e só tem valor, quando há justos para defendê-la.

Aristóteles afirmou: "*Não é a justiça que faz os justos, são os justos que fazem a justiça*".

O princípio deve estar do lado de certa igualdade ou reciprocidade ou equivalência entre indivíduos. A justiça é a virtude da ordem, mas honesta, reta, justa. Aproveitar-se da ingenuidade de uma criança, da falta de conhecimento de um ignorante, da insensatez de um louco, do desespero de um miserável para obter deles, sem que saibam o que estão fazendo ou por coerção, forçar um ato que é contrário à vontade deles, é ser injusto, mesmo que a legislação não se oponha formalmente.

A vigarice, a extorsão, a usura, o roubo, são injustos e errados. O simples comércio só é justo quando respeita entre comprador e vendedor, certa igualdade, tanto na quantidade de informações disponíveis, do objeto da troca, quanto nos direitos e deveres de cada um.

A riqueza não dá nenhum direito particular (ela dá um poder particular, mas esse poder não é a justiça). A justiça é a igualdade, mas a igualdade dos direitos; sejam eles juridicamente estabelecidos ou moralmente exigidos.

A justiça só existe na medida em que os homens a querem, de comum acordo, e a fazem. Não há justiça sem leis, nem sem cultura. Não há justiça sem sociedade.

A doçura e a compaixão não cumprem o papel da justiça, nem assinalam seu fim, elas são sua origem, e é por isso que a justiça, que vale primeiro em relação aos mais fracos, em caso algum os excluiria de seu campo, nem nos dispensaria do dever de respeitá-la.

A justiça sem a força é impotente, a força sem a justiça é tirânica. Não são os justos que prevalecem, são os mais fortes, sempre.

A impotência é fatal, a tirania é odiosa. Portanto, é necessário colocar a justiça e a força juntas, é para isso que a política serve e é isso que a torna necessária.

O desejável é que leis e justiça caminhem no mesmo sentido.